

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Atividades da Companhia:** A Monteiro Aranha S.A. ("MASA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código (ticker) "MOAR3", com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. **Contexto de negócios em 2023:** A Companhia apresentou no exercício social de 2023 um lucro líquido consolidado de R\$ 878.981 comparado a um lucro líquido de R\$ 230.767 registrado no exercício social de 2022. O resultado positivo de R\$ 47.622 de equivalência patrimonial apresentado em 2023 reflete o resultado de equivalência patrimonial de sua investida Klabin S.A. apenas no primeiro trimestre de 2023, quando tinha relação de coligação com a Companhia, no valor de R\$ 47.705, representando um decréscimo de R\$ 147.223 em relação ao resultado positivo de R\$ 194.845 em 2022. Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A., ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/04/2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisórios da Klabin, passando a não ter mais influência significativa e, portanto, deixando sua relação de coligação até então mensurada pelo método da equivalência patrimonial para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado. O ajuste a valor justo de investimentos engloba a variação dos investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, cujo resultado positivo de R\$ 1.022.888 no exercício de 2023 frente ao resultado negativo do exercício de 2022 reflete, majoritariamente, (a) a variação do valor justo do investimento em Klabin S.A.¹, que engloba o reconhecimento inicial a valor justo dada a perda da coligação em abril de 2023 e a valorização das ações dessa investida em 2023, (b) a variação do valor justo do investimento em Ultratrap Participações S.A.² devido à valorização das ações dessa investida, parcialmente compensados, (c) pela perda com ajuste a valor justo no investimento em BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas³, e (d) pela redução no ajuste a valor justo no investimento em Nortec Química S.A.⁴, devido ao exercício pelo FIP Alta (fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia) de sua opção de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Em outras receitas, líquidas, a Companhia reportou resultado positivo de R\$ 90.853 no exercício de 2023, contra R\$ 215.327 no exercício de 2022. A queda no resultado de outras receitas, líquidas se deve principalmente (a) a redução do ajuste a valor justo de propriedades para investimento e redução do ganho nas vendas de propriedades para investimento, dado que em 2022 o ativo deixou de ser mensurado pelo valor de custo e passou a ser mensurado por valor justo, (b) à queda com o resultado nas alienações de investimentos avaliados por equivalência patrimonial em razão das vendas das ações de Klabin passarem a ser refletidas na rubrica ajuste a valor justo de investimentos devido a perda de coligação a partir de abril de 2023, compensados parcialmente, (c) pelos maiores ganhos com dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e (d) pela receita com a baixa de outros resultados abrangentes em decorrência da perda de coligação com Klabin. No exercício de 2023 a Companhia reportou resultado financeiro negativo de R\$ 9.159, contra um resultado negativo de R\$ 121.976 no exercício de 2022, devido principalmente ao melhor resultado dos fundos exclusivos e ao maior resultado das aplicações financeiras em renda fixa, parcialmente compensada pelos maiores encargos sobre debêntures e cédulas de crédito bancário ("CCB") e pelos aumentos nos tributos sobre a maior receita financeira. A despesa com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 274.163 no exercício de 2023, comparado ao resultado positivo de R\$ 35.609 no exercício de 2022 ocorreu, majoritariamente, em virtude dos ganhos não realizados com o ajuste a valor justo dos investimentos detidos por seus fundos de investimento exclusivos e com o ajuste a valor justo do investimento direto em participações societárias parcialmente compensados pela maior baixa de parcela do saldo dos tributos diferidos devido a aportes de ativos da Companhia em seus fundos de investimento exclusivos. **Estrutura de capital:** Em agosto de 2023, a Companhia realizou a amortização extraordinária facultativa no valor de R\$ 100.000, correspondente à 20% do Valor Nominal Unitário da totalidade da sua Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia ("Segunda Emissão"), acrescida de remuneração, prêmio e encargos

aplicáveis, nos termos da escritura da Segunda Emissão. Em setembro de 2023, a Companhia realizou sua Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia, no valor total de R\$ 300.000 ("Terceira Emissão"). As debêntures da primeira série têm prazo de vencimento de 5 anos, com amortizações semestrais em 5 parcelas iguais a partir de setembro de 2026. As debêntures da segunda série têm prazo de vencimento de 7 anos com amortizações semestrais em 8 parcelas iguais a partir de março de 2027. Ambas as séries têm juros remuneratórios com pagamentos semestrais e prestação de garantias por meio da alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para alongamento do passivo bancário, aplicações financeiras, investimentos e/ou demais usos gerais da Companhia. Em dezembro de 2023, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da sua Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Companhia ("Primeira Emissão") no valor de R\$ 150.000, correspondente ao total do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido de remuneração e encargos aplicáveis, nos termos da escritura da Primeira Emissão. Ainda em dezembro de 2023, a Companhia realizou a amortização extraordinária facultativa no valor de R\$ 150.000, correspondente à 37,5% do saldo do Valor Nominal Unitário da sua Segunda Emissão de Debêntures Simples, acrescida de remuneração, prêmio e encargos aplicáveis, nos termos da escritura da Segunda Emissão. O endividamento bruto da Companhia em 31/12/2023 era de R\$ 667.509, sendo composto por CCBs e Debêntures. Do total de dívidas, 55% possuíam garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos, 38% através de alienação fiduciária de ações e 7% sem prestação de garantias reais. Os contratos de empréstimos e debêntures não possuem cláusulas com *covenants* financeiros. O caixa e as aplicações financeiras em 31/12/2023 eram de R\$ 1.454.973. Em 2023, a Companhia declarou R\$ 378.500 de proventos sendo R\$ 1.100 em dividendos e R\$ 377.400 em juros sobre o capital próprio. **Opinião Modificada dos Auditores Independentes por Limitação de Escopo:** A Administração da Companhia informa que os auditores independentes emitiram o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, com opinião com ressalva por limitação de escopo relacionada à mensuração do valor justo de dois investimentos detidos pelo FIP Alta, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia. Os investimentos em questão são nas cotas dos fundos Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (em conjunto "Fundos Investidos"), que por sua vez investem em ações de companhias de capital fechado e de capital aberto com baixa liquidez. A Administração esclarece que a referida opinião modificada decorre essencialmente do fato de haver descasamento entre a data de emissão das demonstrações financeiras auditadas da Companhia e a desses Fundos Investidos, que ocorrerá após 30/03/2024. Nesse contexto, a Administração esclarece que providenciou, junto aos administradores dos Fundos Investidos, laudos de avaliação de valor justo dos Fundos Investidos com data base de 31/12/2023, que foram disponibilizados aos auditores independentes em 21/03/2024. No entendimento da Administração, com base nas informações atualmente disponíveis, não há quaisquer elementos ou pontos de atenção que indiquem que a contabilização dos investimentos em questão não tenha sido efetuada de forma adequada. Além disso, não foi registrado pelos auditores qualquer apontamento no sentido de que a contabilização pela Companhia, e seus reflexos no ativo, patrimônio líquido e resultado, tenha sido inadequada. Por fim, a Administração espera que esta questão esteja sanada para as informações financeiras referentes ao período que se encerrará em 31/03/2024, na medida em que se espera que os trabalhos de análise dos referidos laudos deverão estar concluídos antes da emissão do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais a ser emitido pelos auditores, cujo prazo é até o dia 15/05/2024. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM 162, datada de 13/07/2022, a Administração da Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31/12/2023, a Companhia não contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em seu relacionamento com o auditor independente, buscou avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. iniciou seus serviços de auditoria externa para a Companhia em 2022. Rio de Janeiro, 30 de março de 2024. A Administração

¹ Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Klabin S.A. são apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). ² Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Ultratrap Participações S.A. são apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). ³ Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas são apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). ⁴ Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Nortec Química S.A. são apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	419.344	146.577	432.981	148.849		2.296	1.700	2.307	1.714
Aplicações financeiras	4	846.278	560.804	846.278	560.804	14	26.946	197	27.188	1.151
Juros sobre o capital próprio a receber	5	3.201	1.315	3.201	1.315	15	58.083	202.317	58.083	202.317
Créditos com operações financeiras	6	693	26.776	693	26.776	15	11.705	109.388	11.705	109.388
Contas a receber	7	-	-	20.716	11.322	18.d	169.365	260	169.365	260
Tributos a recuperar	10	15.097	8.431	15.427	8.861		43	276	3.526	338
Despesas antecipadas		37	112	37	112					
Outros		26.413	1.330	26.658	1.574					
Total do ativo circulante		1.311.063	745.345	1.345.991	759.613		8	1	8	4.310
Ativo não circulante							273.103	319.370	276.839	324.709
Realizável a longo prazo										
Aplicações financeiras	4	215.719	178.544	215.719	178.544	15	50.063	50.573	50.063	50.573
Contas a receber	7	-	-	20.389	15.214	15	547.658	599.081	547.658	599.081
Partes relacionadas	8	368	368	-	-		5.926	5.950	5.926	5.949
Estoque de imóveis a comercializar	9	-	-	4.955	5.527		-	2.288	-	2.288
Tributos a recuperar	10	-	8.714	-	8.714	16	522.679	248.966	528.456	256.131
Outros		30	67	30	67	11	10	9	5	5
Investimentos em controladas e coligadas	11	91.170	510.745	97	409.788		1.126.336	906.867	1.132.108	914.027
Outras participações	11	1.289.518	795.007	1.289.518	795.007					
Outros investimentos		224	183	224	183	18.a	616.838	616.838	616.838	616.838
Propriedades para investimento	12	-	-	40.664	78.801	18.c	898.318	397.838	898.318	397.838
Imobilizado	13	5.829	6.040	5.842	6.054		-	4.526	-	4.526
Intangível		674	426	674	426		1.515.156	1.019.202	1.515.156	1.019.202
Total do ativo não circulante		1.603.532	1.500.094	1.578.112	1.498.325					
Total do ativo		2.914.595	2.245.439	2.924.103	2.257.938		2.914.595	2.245.439	2.924.103	2.257.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Retenção ⁽¹⁾						
Saldos em 31/12/2022	616.838	123.368	274.470	-	4.526	1.019.202	-	-	1.019.202	
Ajuste de avaliação patrimonial de investida	-	-	-	-	(4.233)	-	-	-	(4.233)	
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	-	(293)	-	-	-	(293)	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	878.981	878.981	-	878.981	
Constituição de reserva estatutária	-	-	219.000	-	-	(219.000)	-	-	-	
Retenção de lucro	-	-	-	281.480	-	(281.480)	-	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.101)	-	-	(1.101)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(377.400)	-	-	(377.400)	
Saldos em 31/12/2023	616.838	123.368	493.470	281.480	-	1.515.156	-	-	1.515.156	
Saldos em 31/12/2021	616.838	117.315	229.756	-	(40.699)	923.210	-	-	923.210	
Ajuste de avaliação patrimonial de investida	-	-	-	-	45.225	-	-	-	45.225	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	230.767	230.767	-	230.767	
Constituição de reserva legal	-	6.053	-	-	-	(6.053)	-	-	-	
Constituição de reserva estatutária	-	-	44.714	-	-	(44.714)	-	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	(139.000)	(139.000)	-	(139.000)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(41.000)	(41.000)	-	(41.000)	
Saldos em 31/12/2022	616.838	123.368	274.470	-	4.526	1.019.202	-	-	1.019.202	

⁽¹⁾ O saldo desta retenção de lucros não está sujeito aos limites impostos pelo Art. 199 da Lei das Sociedades por Ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.125.952	191.391	1.126.144	195.158
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:					
Imposto de renda e contribuição social	22	(246.971)	39.376	(247.163)	35.609
Depreciação e amortização		634	27	637	29
Resultado de equivalência patrimonial	11	(47.756)	(299.100)	(47.622)	(194.845)
Tributos diferidos		273.713	(39.375)	272.325	(35.826)
Resultado de renda fixa		(54.696)	(33.711)	(55.524)	(34.801)
Resultado de renda variável		(93.258)	(153.523)	(93.258)	(153.523)
Avaliação de propriedades para investimento		-	-	38.137	(72.807)
Resultado da alienação de investimentos		-	-	162	-
Reclassificação de outros resultados abrangentes de investida	20	(16.542)	-	(16.542)	-
Ajuste a valor justo de outros investimentos	11	(1.022.888)	55.276	(1.022.888)	55.276
Receita de dividendos de outros investimentos	11	(72.292)	(66.462)	(72.292)	(66.462)
Encargos sobre empréstimos	15	31.285	24.547	31.285	24.547
Encargos sobre debêntures	15	97.227	92.777	97.227	92.777
Outros		(752)	49	(752)	(379)
Variações nos ativos e passivos:					
Tributos a recuperar		(15.402)	1.943	(15.364)	1.938
Contas a receber		-	(157)	(14.569)	(26.585)
Imóveis a comercializar		-	-	-	69.127
Operações financeiras		26.083	(16.637)	26.083	(16.637)
Outros créditos		(26.932)	(1.342)	(26.933)	4.267
Outras obrigações		1.303	(10.138)	334	(9.614)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(41.292)	(215.059)	(20.573)	(132.751)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários		(172.946)	6.859	(172.118)	8.235
Imobilizado e intangível		(671)	3.998	(673)	3.998
Aquisição de investimento	11	-	(4.058)	-	(279)
Alienação de investimento	11	980.413	151.240	980.413	148.246
Redução de capital em investidas		-	67.192	-	1.664
Dividendos e juros s/ capital próprio	11	97.547	153.786	87.367	138.286
Outros		-	1.540	-	(1.993)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		904.343	380.557	894.989	298.157
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos e juros s/ capital próprio pagos		(167.922)	(179.960)	(167.922)	(179.960)
Ingresso (liquidação) de empréstimo	15	(176.029)	26.662	(176.029)	26.662
Ingresso (liquidação) de debêntures	15	(246.333)	(88.641)	(246.333)	(88.641)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(590.284)	(241.939)	(590.284)	(241.939)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		272.767	(76.441)	284.132	(76.533)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		146.577	223.018	148.849	225.382
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		419.344	146.577	432.981	148.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros				
Materials, energia, serviços de terceiros e outros	(6.623)	(8.502)	(8.103)	(9.986)
	(6			

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Monteiro Aranha S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código (*ticker*) "MOAR3", com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. As atividades operacionais das empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia estão descritas na **nota explicativa 11**. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em **30/03/2024**. **2 Políticas contábeis materiais:** **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS*® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC*® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC*® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão, aplicáveis também às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA, cuja finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado (DVA)". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto ela está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas propriedades para investimento, por outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e pelos ativos e passivos financeiros, que são mensurados a valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas, conforme descritas na **nota explicativa 2.3**. **(i) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora incluem a carteira do seu fundo exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior ("FIA Bergen"), contemplando também o Navrik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior ("FIA Navrik"), Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP Alta"), Nordland Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior ("FIA Nordland") e Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior ("FIA Stavanger"), este último constituído em agosto de 2023, todos fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo FIA Bergen, e Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário ("FII Bryggen"), fundo exclusivo cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo FIA Stavanger. O FIA Bergen, o FIP Alta e o FIA Nordland são fundos de investimentos geridos de forma discricionária pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., o FIA Navrik é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela Safra Asset Management Ltda., o FIA Stavanger é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela VGR Gestão de Recursos Ltda. e o FII Bryggen é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. **(ii) Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia consolida todas as sociedades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As datas das demonstrações financeiras das empresas consolidadas são coincidentes com as datas da Controladora. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas:** Controladas são todas as sociedades das quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas controladas e suas respectivas participações estão detalhadas na **nota explicativa 11**. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a sociedade correspondente. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Controladora e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. **(b) Transações com participações de não controladores:** A Companhia trata as operações de aquisição ou venda de participação em uma controlada com não controladores como transações entre a Companhia e seus próprios sócios. A diferença entre o valor negociado e o valor da participação dos não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido atribuível aos sócios da Controladora, e não ao resultado do exercício. **(c) Perda de controle em controladas:** Quando a Companhia deixa de ter o controle, o valor remanescente de sua participação na sociedade é remensurado a valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transferência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, dependendo da manutenção de sua influência na investida. **(d) Coligadas e controladas em conjunto:** Coligadas são todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com direito de voto ou, ainda, se ficar caracterizado que há influência significativa, independentemente do percentual de participação. Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A. ("Klabin"), ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/04/2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisórios da Klabin, passando a não ter mais influência significativa, e portanto, deixando sua relação de coligação até então mensurada pelo método da equivalência patrimonial, para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado (**nota explicativa 11**). Controladas em conjunto são todas as sociedades sobre as quais a Companhia possui o controle compartilhado do negócio, contratualmente convenção, onde as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo (**nota explicativa 11**). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nas reservas de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e nas reservas da Companhia respectivamente. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia nessas sociedades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Se a participação societária na coligada ou controlada em conjunto for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução. Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas ou controladas em conjunto são reconhecidos na variação do percentual de participação na demonstração do resultado (**nota explicativa 20**). **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras, para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e registro de receitas e despesas dos exercícios, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, avaliação de perda para valor realizável líquido de estoques, valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e de propriedades para investimento, e julgamentos para conclusão acerca da existência de influência significativa de investimentos. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas materiais. As estimativas e premissas são revistas anualmente, ou sempre que houver uma indicação para a necessidade de sua revisão, e as revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas ou em quaisquer exercícios afetados. **2.4 Apresentação das demonstrações por segmento:** Para fins de divulgações dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia esclarece que a atividade de holding de participações é o seu único segmento operacional relevante atualmente. Desta forma, considerando que atualmente as receitas da Companhia são, majoritariamente, relacionadas ao investimento em participações diretas ou indiretas em outras sociedades, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada. **2.5 Novos pronunciamentos contábeis:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) revisou as normas abaixo, cujas alterações passaram a vigorar no exercício iniciado em 01/01/2023, porém sem apresentar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia: **CPC 26 (R1) / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. **CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração permite a isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, cujas regras foram divulgadas pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "LoBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. **2.6 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2023. **2.7 Ativos financeiros: 2.7.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob três categorias de mensuração subsequente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual destes mesmos ativos. **(a) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente no pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos tanto para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente, o pagamento de principal e juros sobre o principal, quanto para a venda. Neste sentido, no reconhecimento inicial a Companhia pode efetuar a escolha irrevogável de apresentar as alterações no valor de alguns ativos financeiros com cotação em bolsa de valores ou mercados organizados não mantidos para negociação nem contraprestação contingente através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são todos os demais ativos financeiros principalmente aqueles mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para venda no curto prazo. Instrumentos derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são lançados como despesa na demonstração do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são contabilizados pelo valor determinado a partir dos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, consoante a taxa efetiva de juros do contrato, e deduzido da amortização do principal e rendimentos recebidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado. Os ganhos ou perdas dos ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos em rubrica específica do patrimônio líquido. Quando os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, transferidos a terceiros ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reclassificados para a correspondente rubrica do resultado financeiro na demonstração do resultado. Os juros sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados pelo método da taxa efetiva de juros,

são reconhecidos na demonstração do resultado. Os proventos de ativos financeiros, tanto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado quanto aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração do resultado quando é estabelecido o direito da Companhia de receber tais proventos. Para mensurar o valor justo dos seus ativos financeiros a Companhia aplica o preço divulgado no mercado principal do ativo. Na ausência de cotação do ativo em mercado principal, a Companhia verifica informações que são observáveis para o ativo, seja direta ou indiretamente, como preços cotados para ativos idênticos ou similares em mercados ativos ou que não sejam ativos, múltiplos de mercado, a ocorrência de transação de mercado observável e aplica o preço com base no valor da transação correspondente, podendo inclusive fazer uma combinação a partir desses valores. Inexistindo dados observáveis como transação de mercado observável recente, a Companhia providencia modelos de precificação que determinam um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de um participante do mercado que detém o ativo, com premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo, incluindo premissas sobre risco. Para isso, utiliza-se o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e conta-se com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da Companhia. A mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia segue a mesma hierarquia utilizada para o reconhecimento do valor justo dos seus instrumentos financeiros. Entretanto para os investimentos realizados por meio de fundos de investimento, a Companhia realiza, periodicamente, a mensuração subsequente dos fundos de investimento com base no valor da cota do fundo investido conforme informado pelo administrador do referido fundo de investimento. Para os fundos exclusivos, a Administração obtém os valores de cada investimento diretamente das carteiras desses fundos de investimento, conforme informado pelo administrador dos respectivos fundos exclusivos. Para obter conforto razoável quanto à performance dos investimentos realizados por meio de fundos exclusivos, a Administração se reúne periodicamente com os gestores contratados, para que possam ser entendidos e/ou monitorados: a) a performance dos investimentos, considerações a respeito dos investimentos, fatos relevantes e fatores que possam alterar a avaliação destes investimentos; e b) a aderência dos Fundos Investidos aos seus respectivos regulamentos. Tais interações são formalmente documentadas em relatórios ou atas de reunião. A Administração também tem acesso aos laudos de avaliação das sociedades investidas diretamente pelos fundos exclusivos, que não são listadas em bolsa de valores ou mercados organizados, sendo os mesmos objetos de leitura e análise. A Administração também analisa o valor patrimonial da cota do fundo de investimento e, sempre que possível, as demonstrações financeiras auditadas dos Fundos Investidos, o relatório de auditoria emitido, as notas explicativas com as informações sobre os investimentos e seu critério de avaliação. Em caso de opinião modificada no relatório de auditoria dos Fundos Investidos a Administração verifica se há risco de impactar a avaliação do investimento da Companhia e, quando aplicável, o valor da cota do fundo de investimento correspondente é ajustado de acordo com a referida avaliação. Em eventuais casos excepcionais em que as demonstrações financeiras dos Fundos Investidos contemplem ativos que, por alguma razão, não estejam avaliados ao seu valor justo, a Administração busca junto aos administradores dos referidos fundos o entendimento para tal situação e o motivo da mensuração não observar tal requisito, bem como avalia a materialidade do investimento frente ao portfólio da Companhia, a relação entre custo e benefício para obter o conforto da mensuração e a efetiva viabilidade de realização de laudo de avaliação para o referido ativo. **2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7.4 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia sempre que necessário, ou pelo menos na data de encerramento de cada exercício social, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com seu valor deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. As perdas esperadas são baseadas na variação do risco de crédito do ativo e são reconhecidas em duas etapas: (i) quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas são provisionadas para eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses; e (ii) quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como por exemplo, a inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; (iii) estender à contraparte de um ativo financeiro, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira deste, uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) considerar provável que a contraparte de um ativo financeiro declare falência ou reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras da contraparte. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir ou for revertida totalmente e a sua reversão puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito da contraparte de um ativo), a reversão dessa perda, reconhecida anteriormente, será reconhecida na demonstração do resultado. Esta provisão para perda por *impairment* pode ser reconhecida para qualquer instrumento financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado. **2.7.5 Desreconhecimento:** Um ativo financeiro é desreconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a terceiros nos termos de um contrato de repasse, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer um ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, também reconhece um passivo associado pela contraprestação recebida. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir. **2.8 Passivos financeiros: 2.8.1 Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são considerados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.8.2 Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados na Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 - "Instrumentos Financeiros". Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos derivativos. **(b) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, as obrigações contraídas estão sujeitas a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **2.8.3 Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.9 Estoque de imóveis a comercializar:** Estoque de imóveis a comercializar é demonstrado ao custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas (**nota explicativa 12**). O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para aquisição e o desenvolvimento do terreno que não supera o valor realizável líquido. O custo de construção compreende: o terreno, materiais, mão de obra contratada e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos, operações de crédito imobiliário incorridos durante o período de construção, os quais são capitalizados na rubrica de "Estoque de imóveis a comercializar" e levados ao resultado na proporção dos custos incorridos na rubrica "Custo de bens e/ou serviços vendidos"). O custo de construção também não pode superar o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda. **2.10 Propriedades para investimento:** São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram e são classificadas em "outras receitas (despesas) líquidas". As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando estas são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa da propriedade para investimento (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que a propriedade para investimento é baixada. A metodologia de avaliação das propriedades para investimento encontra-se na **nota explicativa 12**. **2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.12 Reconhecimento de receita:** **(a) Receita de equivalência patrimonial:** As receitas apuradas pelas empresas controladas e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(c) Receita da atividade imobiliária:** As receitas da atividade imobiliária são reconhecidas com base no estágio de execução do empreendimento, confrontados com os respectivos custos, à medida que os estágios da execução do trabalho são alcançados. **2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme determina o estatuto. O JCP declarado é reconhecido no resultado do exercício e, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, é reclassificado para o patrimônio líquido como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.14 Lucro líquido por ação (básico e diluído):** A Companhia apura o saldo de lucro líquido por ação do exercício com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades de cada classe de ações emitidas em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - "Resultado por ação". **3 Caixa e equivalentes de caixa:** O quadro abaixo apresenta os saldos desses ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	13	66	111	114
CDBs	200.241	131.772	213.780	133.996
Compromissadas	219.090	14.739	219.090	14.739
Caixa e equivalentes de caixa	419.344	146.577	432.981	148.849

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, vencimentos de até três meses e com baixo risco de mudança de valor. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado, por meio do compromisso de recompra assumido formalmente pela instituição financeira. As aplicações financeiras são indexadas ao certificado de depósito interbancário ("CDI") com remuneração entre 99,9% e 103,5% do CDI em 2023 (85,0% a 104,0% em 2022). **4 Aplicações financeiras:** O quadro abaixo apresenta o saldo das aplicações financeiras, avaliadas a valor justo e que não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CDBs (a)	-	36.542	-	36.542
Fundos de renda fixa (b)	48.651	99.204	48.651	99.204
FIA e FIC de FIA ⁽¹⁾ (c)	216.544	158.800	216.544	158.800
Ações (d)	422.921	134.866	422.921	134.866
FICs de FIM (e)	42.209	44.602	42.209	44.602
FIPs ⁽²⁾ (f)	215.719	178.543	215.719	178.543
FILs (g)	60.149	47.312	60.149	47.312
Letras financeiras (h)	55.804	39.479	55.804	39.479
Total de aplicações financeiras	1.061.997	739.348	1.061.997	739.348
Ativo circulante	846.278	560.804	846.278	560.804
Ativo não circulante	215.719	178.544	215.719	178.544

⁽¹⁾ Inclui o investimento em cotas do fundo Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações no valor de R\$ 67.492 (R\$ 57.514 em 31/12/2022). ⁽²⁾ Inclui o investimento em cotas do fundo Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura no valor de R\$ 26.373 (em 31/12/2022 não havia posição neste fundo). **(a) CDBs (certificados de depósito bancário):** Os CDBs são indexados ao CDI, com remuneração entre 101,6% a 104,3% em 2022, com prazo pré-determinado e são avaliados a valor justo. Apenas aqueles CDBs que tem liquidez imediata são classificados como equivalentes de caixa. **(b) Fundos de renda fixa:** A Companhia detém cotas de fundos de renda fixa as quais são avaliadas a valor justo. **(c) Fundo de investimento em ações ("FIA") e Fundo de cotas de FIA ("FIC de FIA"):** A Companhia detém cotas de FIA e FIC de FIA, avaliadas a valor justo. O FIA Nordland detém compromissos de investimentos em FICs de FIA no valor de R\$ 42.000, dos quais R\$ 25.000 haviam sido integralizados até 31/12/2023. **(d) Ações:** As aplicações em ações são compostas por ações ou Exchange Traded Funds ("ETF") negociadas em bolsas nacional e estrangeiras e são avaliadas a valor justo. **(e) Fundos de investimento em cotas de fundo de investimento multimercado ("FICs de FIM"):** A Companhia detém cotas de FICs de FIM, avaliadas a valor justo. **(f) Fundos de investimento em participações ("FIPs"):** A Companhia detém cotas de FIPs, as quais são avaliadas a valor justo. Em 2023 o FIP Alta assumiu compromissos de investimentos em outros FIPs de até R\$ 120.000 que somado aos compromissos realizados em anos anteriores totalizavam o valor de R\$ 130.000. Até 31/12/2023 foram realizados aportes de R\$ 10.813. Em 2022 o FIA Bergen assumiu compromissos de investimentos em FIPs no valor de até R\$ 25.653. Até 31/12/2023 foram realizados aportes de R\$ 2.316. **(g) Fundos de investimento imobiliário ("FILs"):** A Companhia detém cotas de FILs, as quais são avaliadas a valor justo. Em 2022 o FIA Bergen assumiu compromisso de aporte em FIL no valor de até R\$ 20.000. Até 31/12/2023 foram realizados aportes de R\$ 17.000. **(h) Letras financeiras ("LFs"):** A Companhia detém LFs indexadas ao CDI, com remuneração entre 101,0% e 103,5% do CDI em 2023 (103,0% a 103,5% do CDI em 2022), com prazo pré-determinado, classificadas no ativo circulante e/ou não circulante em função do seu vencimento. **5 Juros sobre o capital próprio a receber:** O quadro abaixo apresenta o saldo de juros sobre o capital próprio a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Klabin S.A.	3.201	1.315	3.201	1.315
Total dos juros sobre o capital próprio a receber	3.201	1.315	3.201	1.315

6 Créditos com operações financeiras: A Companhia se utiliza de instrumentos financeiros como parte de sua estratégia para fins de proteção e/ou investimento. O quadro abaixo apresenta os saldos com operações financeiras (nota explicativa 23.1(a)):

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Opção de ações ⁽¹⁾	-	24.235	-	24.235
Swap	-	1.885	-	1.885
Dólar Futuro ⁽²⁾	355	656	355	656
Ibovespa Futuro ⁽²⁾	338	-	338	-
Créditos com operações	693	26.776	693	26.776

11 Investimentos: (a) Movimentação - Controladora: Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos da Controladora:

Descrição	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros ⁽³⁾	Saldo em 2023
Controladas										
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	2.638	-	-	-	-	-	33	-	-	2.671
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	98.809	-	-	(10.500)	-	-	2	-	-	88.311
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	172	-	-	-	-	-	16	-	-	188
Total de Controladas	101.619	-	-	(10.500)	-	-	51	-	-	91.170
Controladas em Conjunto e Coligadas										
Klabin S.A. ⁽¹⁾⁽²⁾	409.126	-	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	-	-
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	409.126	-	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	-	-
Outros Investimentos										
Klabin S.A. ⁽²⁾	-	454.397	(536.125)	(33.720)	-	-	-	-	620.723	505.275
Ultrapar Participações S.A.	531.319	-	(444.288)	(12.026)	-	-	-	-	483.842	558.847
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	207.270	-	-	(22.224)	-	-	-	-	(261)	184.785
Nortec Química S.A.	56.418	-	-	(4.322)	-	-	-	-	(11.485)	40.611
Total de Outros Investimentos	795.007	454.397	(980.413)	(72.292)	-	-	-	-	1.092.819	1.289.518
Total de Participações Societárias	1.305.752	454.397	(1.434.810)	(97.547)	11.112	1.197	47.756	12	1.092.819	1.380.688
Provisão para Perda em Investimentos										
Masa Mineração Ltda.	(4)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(5)
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Total de Provisão para Perda em Investimentos	(9)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(10)

⁽¹⁾ Considera ações em tesouraria e ações detidas pelo FIA Bergen. ⁽²⁾ Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial. ⁽³⁾ Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Descrição	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros ⁽²⁾	Saldo em 2022
Controladas										
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	21.055	-	(19.960)	(1.500)	-	-	3.043	-	-	2.638
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	10.592	360	-	(14.000)	-	-	101.857	-	-	98.809
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	-	3.698	-	-	-	-	6	-	(3.532)	172
Masa Mineração Ltda.	2	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-
Total de Controladas	31.649	4.058	(19.960)	(15.500)	-	-	104.904	-	(3.532)	101.619
Controladas em Conjunto e Coligadas										
Klabin S.A. ⁽¹⁾	257.541	-	(17.321)	(71.824)	45.430	1.787	194.195	(682)	-	409.126
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	257.541	-	(17.321)	(71.824)	45.430	1.787	194.195	(682)	-	409.126
Outros Investimentos										
Ultrapar Participações S.A.	664.117	-	(53.556)	(24.633)	-	-	-	-	(54.609)	531.319
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	255.681	-	(60.403)	(37.585)	-	-	-	-	49.577	207.270
Nortec Química S.A.	44.444	-	-	(4.244)	-	-	-	-	16.218	56.418
Total de Outros Investimentos	964.242	-	(113.959)	(66.462)	-	-	-	-	11.186	795.007
Total de Participações Societárias	1.253.432	4.058	(151.240)	(153.786)	45.430	1.787	299.099	(682)	7.654	1.305.752
Provisão para Perda em Investimento										
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	(3.539)	-	-	-	-	-	6	-	3.533	-
Masa Mineração Ltda.	(4)	-	-	-	-	-	(4)	-	-	(4)
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(4)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(5)
Total de Provisão para Perda em Investimentos	(3.543)	-	-	-	-	-	1	-	3.533	(9)

⁽¹⁾ Considera ações em tesouraria. ⁽²⁾ Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial. **(b) Movimentação - Consolidado:** Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos no Consolidado:

Descrição	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros ⁽⁴⁾	Saldo em 2023
Controladas em Conjunto e Coligadas										
Klabin S.A. ⁽¹⁾⁽²⁾	409.126	-	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	-	-
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRS XXIV Incorporadora S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽³⁾	531	-	(162)	(320)	-	-	(49)	-	-	-
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	131	-	-	-	-	-	(34)	-	-	97
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	409.788	-	(454.559)	(15.075)	11.112	1.197	47.622	12	-	97
Outros Investimentos										
Klabin S.A. ⁽²⁾	-	454.397	(536.125)	(33.720)	-	-	-	-	620.723	505.275
Ultrapar Participações S.A.	531.319	-	(444.288)	(12.026)	-	-	-	-	483.842	558.847
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	207.270	-	-	(22.224)	-	-	-	-	(261)	184.785
Nortec Química S.A.	56.418	-	-	(4.322)	-	-	-	-	(11.485)	40.611
Total de Outros Investimentos	795.007	454.397	(980.413)	(72.292)	-	-	-	-	1.092.819	1.289.518
Total de Participações Societárias	1.204.795	454.397	(1.434.972)	(87.367)	11.112	1.197	47.622	12	1.092.819	1.289.615
Provisão para Perda em Investimento										
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Total de Provisão para Perda em Investimentos	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)

⁽¹⁾ Considera ações em tesouraria e ações detidas pelo FIA Bergen. ⁽²⁾ Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial. ⁽³⁾ Em junho de 2023, a Companhia alienou a totalidade da sua participação na investida JSC Mapisa SPE I. ⁽⁴⁾ Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Descrição	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros ⁽²⁾	Saldo em 2022
Controladas em Conjunto e Coligadas										
Klabin S.A. ⁽¹⁾	257.541	-	(17.321)	(71.824)	45.430	1.787	194.197	(685)	-	409.125
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	11.478	-	(11.602)	-	-	-	124	-	-	-
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	3.988	-	(3.986)	-	-	-	(2)	-	-	-
PRS XXIV Incorporadora S.A.	700	53	(883)	-	-	-	130	-	-	-
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	581	-	(495)	-	-	-	445	-	-	531
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	-	226	-	-	-	-	(94)	-	-	132
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	274.288	279	(34.287)	(71.824)	45.430	1.787	194.800	(685)	-	409.788
Outros Investimentos										
Ultrapar Participações S.A.	664.117	-	(53.556)	(24.633)	-	-	-	-	(54.609)	531.319
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	255.681	-	(60.403)	(37.585)	-	-	-	-	49.577	207.270
Nortec Química S.A.	44.444	-	-	(4.244)	-	-	-	-	16.218	56.418
Total de Outros Investimentos	964.242	-	(113.959)	(66.462)	-	-	-	-	11.186	795.007
Total de Participações Societárias	1.238.530	279	(148.246)	(138.286)	45.430	1.787	194.800	(685)	11.186	1.204.795
Provisão para Perda em Investimento										
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(4)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(5)
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	(46)	-	-	-	-	-	46	-	-	-
Total de Provisão para Perda em Investimentos	(50)	-	-	-	-	-	45	-	-	(5)

⁽¹⁾ Considera ações em tesouraria. ⁽²⁾ Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

(c) Destaque das transações ocorridas no exercício: **(i) Alienação de ações: Transações ocorridas em 2023:** Em 2023, a Companhia alienou 24.311.360 unidades da Klabin S.A., das quais 1.350.000 unidades por meio do FIA Bergen, e a totalidade de sua participação na investida JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. Em 2023, a Companhia alienou 20.866.900 ações ordinárias da Ultrapar Participações S.A., sendo 17.982.300 ações por meio do FIA Bergen e 2.884.600 ações por meio do FIA Stavanger. Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e/ou demais usos gerais da Companhia. **Transações ocorridas em 2022**

toria e administração de empreendimentos imobiliários. **Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.:** A sociedade foi constituída em junho de 2010 e tem como objeto social o planejamento, a promoção e o desenvolvimento sob o regime de incorporação imobiliária, compreendendo ainda, a aquisição de imóveis para fins de incorporação a ser desenvolvida e a participação em outras sociedades, seja como quotista, seja como acionista, bem como realizar investimentos em empreendimentos imobiliários. **Masa Mineração Ltda.:** A sociedade foi constituída em abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados. **Mapisa I S.A.:** A sociedade foi constituída em junho de 2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários. **Controladas em conjunto:** O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas em conjunto:

Participação societária		Forma	
2023	2022	2023	2022
Indireta	–	–	50,00
Indireta	50,00	50,00	50,00

JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.
Os quadros abaixo apresentam os balanços patrimoniais das controladas em conjunto:

Patrimonial	* Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.		* MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.		* PRS XXIV Incorporadora S.A.	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Total do ativo	–	–	–	–	–	–
Total do passivo	–	–	–	–	–	–
Patrimônio líquido	–	–	–	–	–	–
Resultado	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	–	(311)	–	–	(2)	261

* Considera o resultado até o mês de alienação da investida.

* JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.

Patrimonial	Empreendimentos Imobiliários S.A.		Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	–	1.054	171	238
Ativo não circulante	–	12	30	30
Total do ativo	–	1.066	201	268
Passivo circulante	–	4	7	6
Passivo não circulante	–	–	–	225
Total do passivo	–	4	7	231
Patrimônio líquido	–	1.062	194	37
Resultado	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	(104)	890	(67)	(117)

* Considera o resultado até o mês de alienação da investida.

As informações sobre as controladas em conjunto são: **Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.:** A sociedade foi constituída em novembro de 2009 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento comercial e residencial no bairro Cachambi, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Em março de 2022, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.:** A sociedade foi constituída em janeiro de 2015 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, no bairro de Ipanema, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Em março de 2022, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **PRS XXIV Incorporadora S.A.:** A sociedade foi constituída em março de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, no bairro da Tijuca, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Em dezembro de 2022, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.:** A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. Em junho de 2023, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.:** A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Salvador no estado da Bahia. **Coligadas:** O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas coligadas:

Participação societária		Forma	
2023	2022	2023	2022
Direta	–	–	4,28
Direta	10,00	10,00	10,00

Klabin S.A. ⁽¹⁾⁽²⁾
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽³⁾
⁽¹⁾ Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**). ⁽²⁾ Percentual em 31/12/2022 considerava ações em tesouraria e ações detidas pelo FIA Bergen. ⁽³⁾ Investida com passivo a descoberto, refletido no passivo não circulante da Companhia. O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das coligadas:

Patrimonial	Klabin S.A. ⁽¹⁾		Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	–	11.470.664	9	–
Ativo não circulante	–	33.813.959	–	–
Total do ativo	–	45.284.623	9	–
Passivo circulante	–	6.393.613	17	19
Passivo não circulante	–	29.331.526	–	–
Total do passivo	–	35.725.139	17	19
Patrimônio líquido	–	9.559.484	(8)	(19)
Resultado	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	1.164.640	4.688.902	–	–

⁽¹⁾ Considera o resultado até março de 2023. Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**).

As informações sobre as coligadas são: **Klabin S.A.:** Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida, passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo por meio do resultado, e não mais por equivalência patrimonial. **Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.:** A sociedade foi constituída em abril de 2006 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial no bairro de Jurubatuba, subdistrito Capela do Socorro, na capital do estado de São Paulo. **Outros investimentos:** Os investimentos nos quais a Companhia detém participação societária não avaliada por equivalência patrimonial e intenção de auferir rendimentos de longo prazo são: **Klabin S.A.:** A sociedade foi constituída em dezembro de 1934, e em conjunto com suas controladas e controladas em conjunto, atua nos segmentos da indústria de papel e celulose, atendendo aos mercados interno e externo com fornecimento de madeira, celulose, papéis para embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são integradas desde o reflorestamento (silvicultura) até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações (units) negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos (tickers) KLBN3, KLBN4 e KLBN11. **Ultrapar Participações S.A.:** A sociedade foi constituída em dezembro de 1953 e tem como objeto social a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Piranga") e na prestação de serviços de armazenagem de graneis líquidos ("Ultragargo"). A Ultrapar é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (ticker) UGPA3. **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas:** A sociedade foi constituída em setembro de 2005 e tem como objeto social (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros. A BrasilAgro é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (ticker) AGRO3. **Nortec Química S.A.:** A sociedade foi constituída em dezembro de 1985 e tem como objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, a realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e de produtos, a prestação de assistência técnica e de serviços na área comercial, tecnológica e de produção para terceiros e a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista. A Nortec é uma sociedade anônima de capital com ações listadas no segmento Bovespa Mais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (ticker) NRTQ3. A Companhia detém indiretamente, por meio do FIP Alta, 23% de participação na Nortec. Dado que as ações da Nortec não possuem liquidez na B3, elas são avaliadas a valor justo considerando técnicas de avaliação realizadas por meio de modelo de fluxo de caixa descontado desenvolvido por especialistas independentes ("Laudo de Avaliação"). O administrador do FIP Alta providenciou Laudo de Avaliação para mensuração do valor justo das ações da Nortec, o qual utiliza premissas subjetivas tais como taxa de desconto do fluxo de caixa projetado, CAPEX projetado, taxa utilizada no cálculo da perpetuidade, entre outros. Entretanto em razão do FIP Alta ter exercido, em 11 de janeiro de 2024, a sua opção de venda de ações representativas de 20% do capital da Nortec (**nota explicativa 25**), a Companhia promoveu ajustes no valor justo da participação a partir do preço de exercício da opção de venda, bem como baixou integralmente o valor referente as opções detidas pelo FIP Alta. **12 Propriedades para investimento:** São representadas por imóveis de propriedade da Companhia disponíveis para aluguel e/ou valorização, avaliados a valor justo, mediante emissão de laudo por profissionais independentes ou utilizando preço de mercado observável.

Movimentação	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	–	23.129	78.801	23.129
Ajuste a valor justo	–	561	(2.503)	72.807
Baixas	–	–	(35.634)	–
Transferência	–	(23.690)	–	(17.135)
Saldo no fim do exercício	–	–	40.664	78.801

As baixas são decorrentes das vendas de lotes do empreendimento imobiliário em parceria com a Alphaville em parte da Fazenda Timbutuva. Em dezembro de 2023 a Administração reavaliou os referidos imóveis tendo reconhecido perda com o ajuste a valor justo dos mesmos, no valor de R\$ 2.503 (**nota explicativa 20**). **13 Imobilizado: (a) Composição do imobilizado:** Os quadros abaixo apresentam a composição do imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo	844	(597)	247	230
Depreciação Acumulada	8.142	(2.816)	5.326	5.494
Líquido	1.705	(1.449)	256	316
Total	10.691	(4.862)	5.829	6.040

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imóveis	34	(22)	12	13
Equipamentos de informática	886	(637)	249	234
Direito de uso por arrendamento	8.138	(2.815)	5.323	5.490
Móveis e utensílios e outros	1.736	(1.478)	258	317
Total	10.794	(4.952)	5.842	6.054

(b) **Movimentação do imobilizado:** O quadro abaixo apresenta a movimentação sumária do imobilizado:

	Controladora			
	Imóveis	Equipamentos de informática	Direito de uso de arrendamento	Móveis, utensílios e outros
Custo	–	–	–	–
Em 31/12/2022	–	761	7.849	1.691
Adições	–	83	293	14
Baixas	–	–	–	–
Em 31/12/2023	–	844	8.142	1.705
Depreciação acumulada	–	–	–	–
Em 31/12/2022	–	(531)	(2.355)	(1.375)
Adições	–	(66)	(461)	(74)
Baixas	–	–	–	–
Em 31/12/2023	–	(597)	(2.816)	(1.449)
Líquido	–	247	5.326	256

	Controladora			
	Imóveis	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso de arrendamento	Móveis, utensílios e outros
Custo	–	–	–	–
Em 31/12/2021	–	1.441	11.546	1.619
Adições	–	202	753	75
Baixas	–	(882)	(4.450)	(3)
Em 31/12/2022	–	761	7.849	1.691
Depreciação acumulada	–	–	–	–
Em 31/12/2021	–	(955)	(1.910)	(1.284)
Adições	–	(166)	(445)	(94)
Baixas	–	590	–	3
Em 31/12/2022	–	(531)	(2.355)	(1.375)
Líquido	–	230	5.494	316

	Consolidado				
	Imóveis	Equipamentos de informática	Direito de uso de arrendamento	Móveis, utensílios e outros	Total
Custo	–	–	–	–	–
Em 31/12/2022	34	803	7.844	1.721	10.402
Adições	–	83	294	15	392
Baixas	–	–	–	–	–
Em 31/12/2023	34	886	8.138	1.736	10.794
Depreciação acumulada	–	–	–	–	–
Em 31/12/2022	(21)	(569)	(2.354)	(1.404)	(4.348)
Adições	(1)	(68)	(461)	(74)	(604)
Baixas	–	–	–	–	–
Em 31/12/2023	(22)	(637)	(2.815)	(1.478)	(4.952)
Líquido	12	249	5.323	258	5.842

	Consolidado				
	Imóveis	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso de arrendamento	Móveis, utensílios e outros	Total
Custo	–	–	–	–	–
Em 31/12/2021	34	1.483	11.546	1.647	14.710
Adições	–	206	751	77	1.034
Baixas	–	(886)	(4.453)	(3)	(5.342)
Em 31/12/2022	34	803	7.844	1.721	10.402
Depreciação acumulada	–	–	–	–	–
Em 31/12/2021	(20)	(994)	(1.910)	(1.312)	(4.236)
Adições	(1)	(165)	(444)	(95)	(705)
Baixas	–	590	–	3	593
Em 31/12/2022	(21)	(569)	(2.354)	(1.404)	(4.348)
Líquido	13	234	5.490	317	6.054

(c) **Método de depreciação:** A Companhia utiliza o método de depreciação linear com base na vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. **14 Impostos e taxas a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ	–	–	102	278
CSLL	–	–	61	155
PIS	71	–	85	92
COFINS	386	–	450	426
IRRF ⁽¹⁾	26.461	161	26.461	162
CSRF (4,65%)	28	36	29	38
Total	26.946	197	27.188	1.151

⁽¹⁾ Em 31/12/2023 o montante refere-se majoritariamente ao IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio declarado em 29 de dezembro de 2023.

15 Empréstimos e debêntures - Controladora e Consolidado: O quadro abaixo apresenta as informações sobre os empréstimos e debêntures da Companhia:

Operação	Taxa de juros (a.a.)		Vencimento		2023		2022	
	Principal	Juros e outros encargos	Principal	Juros e outros encargos	Total	Principal	Juros e outros encargos	Total
Empréstimos	–	–	–	–	–	–	–	–
CCB (4131) ⁽¹⁾	–	–	–	–	50.000	–	–	393
CCB (4131) ⁽²⁾⁽⁴⁾	–	–	–	–	–	–	–	1.296
CCB ⁽¹⁾	–	–	–	–	50.000	–	–	598
CCB ⁽²⁾	–	–	–	–	50.000	–	–	30
CCB ⁽¹⁾	–	–	–	–	50.000	–	–	573
CCB ⁽²⁾	–	–	–	–	50.000	–	–	50.573
Total	–	–	–	–	100.000	–	–	2.890
Passivo circulante	–	–	–	–	50.000	–	–	2.317
Passivo não circulante	–	–	–	–	50.000	–	–	573
Debêntures	–	–	–	–	–	–	–	–
1ª Emissão ⁽³⁾	–	–	–	–	200.000	–	–	209
2ª Emissão ⁽³⁾⁽⁵⁾	–	–	–	–	500.000	–	–	8.260
3ª Emissão ⁽¹⁾⁽⁵⁾	–	–	–	–	–	–	–	–
3ª Emissão ⁽¹⁾⁽⁵⁾	–	–	–	–	100.000	–	–	–
Total	–	–	–	–	550.000	–	–	8.469
Passivo circulante	–	–	–	–	11.705	–	–	9.388
Passivo não circulante	–	–	–	–	550.000	–	–	109.388

⁽¹⁾ Operações com prestação de garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimento. ⁽²⁾ Operações sem prestação de garantias reais. ⁽³⁾ Operações com prestação de garantias através de alienação fiduciária de ações. ⁽⁴⁾ Operação contratada em conjunto com swap para reais ao custo final de CDI + 1,55% a.a.. ⁽⁵⁾ Outros encargos incluem a apropriação e/ou amortização dos custos com a emissão de debêntures. Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures da Companhia:

Empréstimos	2023		2022	
	Saldo no início do exercício	Saldo no fim do exercício	Saldo no início do exercício	Saldo no fim do exercício
Novas captações	–	–	–	–
Juros e outros encargos	–	–	–	–
Amortização de principal	–	–	–	–
Pagamento de juros e outros encargos	–	–	–	–
Saldo no final do exercício	108.146	252.890	108.146	252.890
Debêntures	–	–	–	–
Saldo no início do exercício	–	–		

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar no exercício ocorreram de acordo com o quadro abaixo:

	Dividendos		JCP	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	210	179	50	41
Distribuições aprovadas no exercício	1.100	139.000	377.400	41.000
IRPJ sobre juros sobre o capital próprio	-	-	(56.282)	-
Pagamentos realizados	-	(138.969)	(153.113)	(40.991)
Saldo no final do exercício	1.310	210	168.055	50

19 Despesas gerais e administrativas: O quadro abaixo apresenta as informações das despesas gerais e administrativas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	(15.350)	(21.327)	(15.418)	(21.331)
Contratação de serviços	(3.453)	(4.142)	(3.724)	(4.520)
Despesas tributárias	(939)	(2.761)	(1.801)	(3.330)
Depreciação e amortização	(601)	(536)	(604)	(538)
Aluguéis e condomínio	(128)	(210)	(128)	(210)
Comunicações, utilidades e publicações	(178)	(206)	(182)	(215)
Manutenção e conservação	(80)	(177)	(85)	(184)
Doações	(1.208)	(1.651)	(1.210)	(1.653)
Outras despesas	(1.705)	(2.327)	(2.908)	(3.419)
Despesas gerais e administrativas	(23.642)	(33.337)	(26.060)	(35.400)

20 Outras receitas e despesas operacionais: O quadro abaixo apresenta o saldo de outras receitas (despesas) operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas de aluguéis de imóveis	-	2.658	-	2.658
Receitas de dividendos ⁽¹⁾	72.292	66.463	72.292	66.463
Reclassificação de outros resultados abrangentes de investida ⁽²⁾	16.542	-	16.542	-
Varição do percentual de participação	12	-	12	-
Resultado da venda de investimentos	-	34.711	-	35.677
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	561	-	72.807
Resultado da alienação de propriedades para investimento	-	-	3.843	38.576
Outras receitas operacionais	83	511	1.349	515
Total das outras receitas operacionais	88.929	104.904	94.038	216.696
Varição do percentual de participação	-	(682)	-	(685)
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	-	(2.503)	-
Outras despesas operacionais	-	(479)	-	(684)
Total das outras despesas operacionais	-	(1.161)	(3.185)	(1.369)
Outras receitas, líquidas	88.929	103.743	90.853	215.327

⁽¹⁾ Dividendos recebidos de outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (nota explicativa 11). ⁽²⁾ Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial (nota explicativa 11).

21 Resultado financeiro: O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicação em renda fixa	57.057	33.711	57.885	34.801
Varição de aplicação em renda variável	93.258	153.523	93.258	153.523
Variáveis monetárias	-	-	-	1.053
Derivativos	-	2.305	-	2.305
Aluguel de Ações	453	-	453	-
Outras receitas financeiras	2.168	1.618	2.218	1.581
Total das receitas financeiras	152.936	191.157	153.814	193.263
Encargos sobre empréstimos	(33.170)	(24.547)	(33.170)	(24.547)
Encargos sobre debêntures	(99.744)	(92.777)	(99.744)	(92.777)
Varição de aplicação em renda variável	-	(191.371)	-	(191.371)
Derivativos	-	(420)	-	(420)
Juros sobre arrendamento mercantil	(682)	(759)	(682)	(759)
Outras despesas financeiras	(54)	(116)	(99)	(116)
Tributos sobre receita financeira	(29.265)	(1.644)	(29.278)	(5.249)
Total das despesas financeiras	(162.915)	(311.634)	(162.973)	(315.239)
Resultado financeiro líquido	(9.979)	(120.477)	(9.159)	(121.976)

22 Imposto de renda e contribuição social: O quadro abaixo apresenta a reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.125.952	191.391	1.126.144	195.158
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(382.823)	(65.073)	(382.868)	(66.354)
Adições	(31.229)	(14.424)	(31.270)	(15.080)
Varição de percentual de investidas	-	(232)	-	(232)
Valor justo - renda variável	-	(3.503)	-	(3.503)
Crédito tributário não constituído - prejuízo fiscal base negativa	(381)	(6.730)	(382)	(6.730)
Juros sobre o capital próprio de investidas	-	(3.654)	-	(3.654)
Outras adições	(30.848)	(305)	(30.888)	(961)
Exclusões	167.081	118.873	166.975	117.043
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	16.467	101.365	16.467	100.739
Varição de percentual de investidas	4	-	4	-
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	128.316	13.940	128.316	13.940
Valor justo - renda variável	8.847	-	8.847	-
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	-	-	17	336
Outras exclusões	13.447	3.568	13.324	2.028
Imposto de renda e contribuição social	(246.971)	39.376	(247.163)	35.609
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(828)	(2.519)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(246.971)	39.376	(246.335)	38.128
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	22%	-21%	22%	-18%

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 23.1 Por categoria: Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos, majoritariamente, por operações compromissadas, títulos públicos (Tesouro IPCA+, Tesouro Selic e Tesouro Prefixado), LF e CDB de instituições financeiras, fundos de investimento, ações de companhias listadas na B3 e em bolsas internacionais, dólar futuro, termo de ações, empréstimos e debêntures. Os quadros abaixo apresentam os instrumentos financeiros classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia:

	Controladora			2022		
	2023	2022		2022		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	419.331	13	419.344	146.511	66	146.577
Aplicações financeiras	1.061.997	-	1.061.997	739.348	-	739.348
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	3.201	3.201	-	1.315	1.315
Operações financeiras (a)	693	-	693	26.776	-	26.776
Investimentos ⁽¹⁾	1.289.518	-	1.289.518	795.007	-	795.007
Total dos ativos	2.771.539	3.214	2.774.753	1.707.642	1.381	1.709.023

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (nota explicativa 11).

	Controladora			2022		
	2023	2022		2022		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	(43)	(43)	-	(276)	(276)
Dividendos e JCP a pagar	-	(169.365)	(169.365)	-	(260)	(260)
Empréstimos	-	(108.146)	(108.146)	-	(252.890)	(252.890)
Debêntures	-	(559.363)	(559.363)	-	(708.469)	(708.469)
Total dos passivos	-	(836.917)	(836.917)	-	(961.895)	(961.895)

	Consolidado			2022		
	2023	2022		2022		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	432.870	111	432.981	148.735	114	148.849
Aplicações financeiras	1.061.997	-	1.061.997	739.348	-	739.348
Contas a receber	-	41.105	41.105	-	26.536	26.536
Dividendos a receber	-	3.201	3.201	-	1.315	1.315
Operações financeiras (a)	693	-	693	26.776	-	26.776
Investimentos ⁽¹⁾	1.289.518	-	1.289.518	795.007	-	795.007
Propriedades para investimento	40.664	-	40.664	78.801	-	78.801
Total dos ativos	2.825.742	44.417	2.870.159	1.788.667	27.965	1.816.632

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (nota explicativa 11).

	Consolidado			2022		
	2023	2022		2022		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	(3.526)	(3.526)	-	(338)	(338)
Dividendos e JCP a pagar	-	(169.365)	(169.365)	-	(260)	(260)
Empréstimos	-	(108.146)	(108.146)	-	(252.890)	(252.890)
Debêntures	-	(559.363)	(559.363)	-	(708.469)	(708.469)
Total dos passivos	-	(840.400)	(840.400)	-	(961.957)	(961.957)

(a) Créditos e obrigações com operações financeiras: (i) Futuro de dólar e de Ibovespa: Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia utiliza-se de compras e vendas no mercado futuro. Essas operações são realizadas no âmbito da B3, com ajustes de posição liquidados diariamente (nota explicativa 6). **(ii) Opção de ações:** O FIP Alta, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, detém opções de venda de até 2.375.479 ações na Nortec Química S.A., e opção de compra de até 2.375.479 ações ordinárias de emissão da sociedade. O administrador do FIP Alta providenciou laudo de avaliação das referidas opções de ações, o qual apresentou indicativos de que os valores justos sofreram alterações no exercício findo em 31/12/2023. Entretanto em razão do FIP Alta ter exercido, em 11/01/2024, a sua opção de venda das ações representativas de 20% do capital da Nortec (nota explicativa 25), a Companhia promoveu a baixa integral das opções de ações que detinha. **23.2 Hierarquia do valor justo:** A Companhia adota a mensuração a valor justo de parte de seus ativos e passivos. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base na premissa de que os participantes do mercado possam mensurar o valor de mercado de um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza as premissas utilizadas na medição em três grandes níveis: **Nível 1. Mercado Ativo:** Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos; **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo; **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não são baseadas em dados observáveis de mercado. Os quadros abaixo apresentam os saldos de ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo:

	Controladora			2022		
	2023	2022		2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	-	200.241	-	-	168.315	-
Letras Financeiras	-	55.804	-	-	-	-
Ações	422.921	-	-	134.866	-	-
Fundos de renda fixa	48.651	-	-	99.204	-	-
Compromissadas	219.090	-	-	14.739	-	-
FIA e FIC de FIA	149.052	-	67.492	101.286	-	57.514
FICs de FIM	42.209	-	-	44.602	-	-
FIPs	23.789	-	191.930	28.531	-	150.012
FII	60.149	-	-	47.312	-	-
Opção de ações	-	-	-	-	24.235	-
Ibovespa futuro	338	-	-	-	-	-
Dólar futuro	355	-	-	657	-	-
Swap	-	-	-	1.885	-	-
Investimentos ⁽¹⁾	1.248.907	-	40.611	738.589	-	56.418
Total dos ativos	2.215.461	256.045	300.033	1.211.671	192.550	263.944

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial (nota explicativa 11).

	Consolidado					
	2023		2022		2022	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	-	213.780	-	-	170.538	-
Letras Financeiras	-	55.804	-	-	-	-
Ações	422.921	-	-	134.866	-	-
Fundos de renda fixa	48.651	-	-	99.204	-	-
Compromissadas	219.090	-	-	14.739	-	-
FIA e FIC de FIA	149.052	-	67.492	101.286	-	57.514
FICs de FIM	42.209	-	-	44.602	-	-
FIPs	23.789	-	191.930	28.531	-	150.012
FII	60.149	-	-	47.312	-	-
Opção de ações	-	-	-	-	24.235	-
Ibovespa futuro	338	-	-	-	-	-
Dólar futuro	355	-	-	657	-	-
Swap	-	-	-	1.885	-	-
Investimentos ⁽¹⁾	1.248.907	-	40.611	738.589	-	56.418
Propriedades para investimento ⁽²⁾	-	40.664	-	-	78.801	-
Total dos ativos	2.215.461	310.248	300.033	1.211.671	273.574	263.944

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (nota explicativa 11). ⁽²⁾ Ativo mensurado pelo método comparativo por meio de preço observável a mercado.

A Companhia não detém passivos financeiros com saldos mensurados a valor justo. **23.3 Gerenciamento de riscos: 23.3.1 Risco em investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto:** A Companhia detém investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas do setor imobiliário, sendo o principal investimento na controlada Timbutuva Empreendimentos Ltda. ("Timbutuva"), sociedade onde a Companhia detém 100% do capital social. Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade da Timbutuva, lançado em novembro de 2022. Desta forma, a Companhia está exposta a riscos associados à atividade imobiliária, e que podem ser fortemente influenciados pelo aumento da carga tributária, desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política. **23.3.2 Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Companhia não cumprir com as suas obrigações financeiras. A Administração monitora continuamente sua liquidez para, sempre que possível, assegurar que a Companhia tenha caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Os quadros abaixo demonstram a análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31/12/2023 e 31/12/2022:

	Controladora			2022		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos</				

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Em conformidade com o artigo 27, V, da Resolução CVM n.º 80/2022, a Diretoria declara que discutiu e revisou o parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, observado, contudo, que registra a seguinte discordância a respeito da ressalva por limitação de escopo prevista no parecer. Nos termos do seu parecer, os auditores independentes apresentaram ressalva por limitação de escopo relacionada à contabilização de dois investimentos detidos pelo FIP Alta, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia. Os investimentos em questão são nas cotas dos Fundos “Perfin Ares 2 Fundo De Investimento Em Cotas De Fundos De Investimento Em Ações” e “Perfin Voyager Fundo De Investimento Em Participações Em Infraestrutura” (em conjunto “Fundos Investidos”), que por sua vez investem em ações de companhias de capital fechado e de capital aberto com baixa liquidez (“Investidas Indiretas”). Conforme a ressalva apresentada, os auditores indicaram que não obtiveram evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação ao saldo do investimento detido pela Companhia nas Investidas Indiretas em 31 de dezembro de 2023, em virtude de não ter tido acesso às suas informações financeiras auditadas e nem ao laudo de avaliação de valor justo mais recentes, e que não puderam concluir quanto à adequação do saldo desses investimentos, por meio de outros procedimentos de auditoria. A Administração da Companhia esclarece que, apesar de existir descasamento entre a data de emissão das

demonstrações financeiras auditadas da Companhia e a dos Fundos Investidos, a qual ocorrerá após 30 de março de 2024, a Companhia providenciou laudos de avaliação de valor justo dos Fundos Investidos com data base de 31 de dezembro 2023, que foram disponibilizados aos auditores independentes em 21 de março de 2024. Cumpre destacar ainda que, no entendimento da Administração, com base nas informações atualmente disponíveis, não há quaisquer elementos ou pontos de atenção que indiquem que a contabilização dos investimentos em questão não tenha sido efetuada de forma adequada. Além disso, não foi registrado pelos auditores qualquer apontamento no sentido de que a contabilização pela Companhia, e seus reflexos no ativo, patrimônio líquido e resultado, tenha sido inadequada. Não obstante, a Companhia espera que esta questão esteja sanada para as informações financeiras referentes ao período que se encerrará em 31 de março de 2024, na medida em que se espera que os trabalhos de análise dos referidos laudos pelos auditores deverão estar concluídos antes da emissão do relatório de revisão especial a ser emitido pelo auditor, cujo prazo é até 15 de maio de 2024.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2024.

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho
Diretora PresidenteFlavia Coutinho Martins
Diretora de Relação com InvestidoresTania Maria Camilo
Diretora**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Aos Administradores e Acionistas **Monteiro Aranha S.A.**

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Monteiro Aranha S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião com ressalva: Em 31/12/2023, conforme apresentado na nota explicativa 4, a Companhia detinha investimento em cotas dos fundos “Perfin Ares 2 Fundo De Investimento Em Cotas De Fundos De Investimento Em Ações” e “Perfin Voyager Fundo De Investimento Em Participações Em Infraestrutura” (em conjunto “Fundos Investidos”), cujos saldos nesta data totalizam R\$ 67.492 mil e R\$ 26.373 mil, respectivamente. Os Fundos Investidos, por sua vez investem direta ou indiretamente em ações de companhias de capital fechado e ações em companhia de capital aberto com baixo volume de transações (“Investidas Indiretas”). Não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação ao saldo do investimento detido pela Companhia nas Investidas Indiretas em 31/12/2023, portanto não pudemos concluir quanto à adequação do saldo desses investimentos, por meio de outros procedimentos de auditoria. Consequentemente, não foi possível concluir quanto a necessidade de eventuais ajustes em relação aos investimentos detidos pela Companhia nas Investidas Indiretas em 31/12/2023, bem como ao resultado por eles produzidos no exercício findo nessa data, caso as referidas evidências de auditoria tivessem sido obtidas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor justo desses investimentos. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o Principal Assunto de Auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

**Porque é um PAA****Mensuração do valor justo das ações da Nortec Química S.A. (Notas explicativas 2.3, 11 e 25)**

A Companhia detém, por meio de seu fundo exclusivo Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Fundo”), 23% de participação no capital social da empresa Nortec Química S.A. (“Nortec”). Esse investimento é avaliado a valor justo, considerando o fato de que, no julgamento da administração, a Companhia não tem influência significativa nesta investida. Embora a Nortec seja uma companhia listada em bolsa de valores, suas ações não apresentam liquidez e, por esse motivo, as ações detidas pela Companhia, por meio do Fundo, foram mensuradas pelo administrador do fundo a valor justo considerando técnicas de avaliação realizadas por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, desenvolvido por especialistas externos, com utilização de premissas subjetivas.

Entretanto, em razão do Fundo ter exercido, em 11 de janeiro de 2024, a sua opção de venda das ações representativas de 20% do capital da Nortec (nota explicativa 25), a Companhia promoveu ajustes no valor justo da participação a partir do preço de exercício da opção de venda, bem como baixou integralmente as opções.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento na avaliação do investimento. Além disso, o uso de diferentes modelos de mensuração ou premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes daqueles estimados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

O entendimento dos principais processos estabelecidos pela administração para avaliar de existência de influência significativa e para assegurar a adequada mensuração do valor justo dos investimentos detidos sem influência significativa. Inspecionamos o instrumento particular de outorga de opções de compra e venda de ações e outras avenças firmado pela Companhia. Obtivemos entendimento sobre o valor justo da opção de venda exercida, bem como corroboramos a informação com as evidências de auditoria obtidas. Consideramos que os critérios e premissas adotados na mensuração do valor justo das ações da Nortec são razoáveis e consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos:

Demonstração do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de Março de 2024

pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/F-5

Caren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 “T” SC